

**Aos acionistas**  
 A Administração da Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - "EBTE", em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício de 2011, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

**A Companhia**

A Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - "EBTE" tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica e a participação em outras sociedades ou empreendimentos na qualidade de quotista ou acionista, parceiro em *joint venture* ou membro de consórcio, observados os limites do seu objeto social.

Através do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 01/008 - ANEEL, datado de 16 de outubro de 2010, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia, a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na manutenção e operação das instalações de

## EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 10.319.371/0001-94

### Relatório Anual da Administração

transmissão compostas, segundo o contrato, pela "linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 232 km, com origem na Subestação Maggi e término na Subestação Juba; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 106 km, com origem na Subestação Parecis e término na Subestação Maggi; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 215 km, com origem na Subestação Juína e término na Subestação Maggi; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 145 km, com origem na Subestação Nova Mutum e término na Subestação Sorriso; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 77 km, com origem na Subestação Sorriso e término na Subestação Sinop; pela Subestação 230/138/13,8 kV Parecis (300MVA) e pela Subestação 230/138/13,8 kV Juína (100MVA), sendo todas as linhas de transmissão e subestações localizadas no Estado de Mato Grosso, entradas de linha, barramentos, reatores de linha, reatores de barra, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicações, Administração e apoio."

**Sistema de transmissão**

O sistema da EBTE integrará a Rede Básica do Sistema Interligação Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem

fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia auferirá a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

			<b>2011</b>
Dados operacionais:			
Disponibilidade (%)			<b>99,99</b>
A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado.			
<b>Desempenho econômico-financeiro</b>			
As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).			
Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.			
			<b>A Diretoria</b>

Demonstrações do Resultado e dos Resultados Abrangentes			
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)			
		<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
<b>Reculta operacional líquida</b>	<b>14</b>	<b>101.572</b>	<b>206.288</b>
<b>Custo operacional</b>			
Pessoal		(1.155)	–
Material e serviços de terceiros		(1.866)	–
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica		(130)	–
Custo de desenvolvimento de infraestrutura		(59.882)	(173.200)
Outras		(206)	–
		<b>(63.239)</b>	<b>(173.200)</b>
<b>Lucro bruto (Despesas) receitas operacionais</b>		<b>38.333</b>	<b>33.088</b>
Administrativas e gerais		(262)	–
Pessoal e administradores		(97)	–
		(359)	–
<b>Lucro antes das despesas e receitas financeiras</b>		<b>37.974</b>	<b>33.088</b>
Despesas financeiras		(14.723)	(12.404)
Receitas financeiras	15	1.007	694
<b>Lucro antes da contribuição social e imposto de renda</b>		<b>24.258</b>	<b>21.742</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(8.515)	(7.392)

	<b>15.743</b>	<b>14.350</b>
<b>Lucro por ação básico e diluído - R\$</b>	0,06	0,07
<b>Quantidade de ações ao final do exercício</b>	<b>263.058.339</b>	<b>219.760.000</b>
Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto não se apresenta uma demonstração dos outros resultados abrangentes.		
	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.	

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto			
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)			
	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			<b>Reclassificado</b>
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	24.258	21.742	
<b>Itens que não afetam as disponibilidades</b>			
Despesa de juros e variação sobre empréstimos	10.862	10.465	
Baixa de Ativos	5	–	
	35.125	32.207	
<b>(Aumento) redução no ativo</b>			
Titulos e valores mobiliários	(13.827)	–	
Contas a receber ativo financeiro	(70.372)	(215.867)	
Impostos a recuperar	(564)	(138)	
Adiantamentos a fornecedores	2.631	(13.576)	
Devedores diversos	(421)	180	
<b>Aumento (redução) no passivo</b>			
Fornecedores	17.908	3.748	
Tributos e contribuições sociais pagos	(439)	(335)	
Taxas Regulamentares	894	–	
Credores diversos	(238)	3.610	
Adiantamento de clientes	843	–	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(28.460)</b>	<b>(190.171)</b>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aplicações no imobilizado	(5)	–	
Aplicações no intangível	(1)	–	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(6)</b>	<b>–</b>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Integralização de capital	43.299	63.260	
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	–	241.650	
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(12.143)	(111.471)	
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>31.156</b>	<b>193.439</b>	
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.690</b>	<b>3.268</b>	
Saldo no início do exercício	4.901	1.633	
Saldo no final do exercício	7.591	4.901	
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.690</b>	<b>3.268</b>	
	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)			
<b>1. Contexto operacional:</b> A EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (a "Companhia" ou "EBTE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 30 de julho de 2008 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Tenente Negrão, 166 - 6º andar - Sala E - São Paulo - SP. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é reajustada anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL):			

Reservas de lucros					
	<b>Capital social</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reserva de retenção de lucro</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>156.270</b>	–	<b>3.665</b>	–	<b>160.164</b>
Aumento de capital	63.260	–	–	–	63.260
Lucro líquido do exercício	–	–	14.350	–	14.350
Destinação proposta à AGO:					
Reserva legal	–	718	(718)	–	–
Dividendos declarados	–	–	(3.408)	–	(3.408)
Reserva de lucro do exercício	–	–	–	–	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>219.759</b>	<b>718</b>	<b>13.889</b>	–	<b>234.366</b>
Aumento de capital	43.299	–	–	–	43.299
Lucro líquido do exercício	–	–	–	15.743	15.743
Destinação proposta à AGO:					
Reserva legal	–	787	–	(787)	–
Reserva de lucro do exercício	–	–	14.956	–	14.956
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>13</b>	<b>263.058</b>	<b>1.505</b>	<b>28.845</b>	<b>293.408</b>
	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

**1. Contexto operacional:** A EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (a "Companhia" ou "EBTE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 30 de julho de 2008 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Tenente Negrão, 166 - 6º andar - Sala E - São Paulo - SP. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é reajustada anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL):

**Contrato de concessão**

<b>Número</b>	<b>Prazo (anos)</b>	<b>Vigência até</b>	<b>RAP (R\$)</b>	<b>Índice de correção</b>
1/12/2008	30	2038	34.604	IPCA (*)

(\*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.171/11, acessada de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente. Os Contratos de Concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 14 de fevereiro de 2012. **2.1 Declaração de confiabilidade:** As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, as normas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.2 Base de preparação e apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **3. Sumário das principais práticas contábeis:** **3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade. Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. **3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo:** Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando indíceis. Em 31 de dezembro de 2011, não houve alteração relevante no valor justo que devesses sido reconhecidas no patrimônio líquido. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Normalmente, os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica Investimentos de curto prazo. **3.1.2. Contas a receber - ativo financeiro:** De acordo com a ICP 01, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado. A Companhia classifica os saldos de Contas a receber - ativo financeiro, como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber - ativos financeiros foram classificados como recebíveis e incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável. O ativo indenizável refere-se ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. Conforme definido nos contratos a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, porventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos das alterações destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações Contábeis. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais. Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes. **3.1.3. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. **3.1.4. Baixa de ativos financeiros:** A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo reconhecido inicialmente. Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos. • Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de bens e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios. **3.4.1. Liquidação de passivos financeiros:** A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições

contratuais ou legislação vigente. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **3.5 Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6 Imposto de renda e contribuição social: 3.6.1. Diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.7 Outros ativos e passivos circulates e não circulates:** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor. Os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. **3.8 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante:** Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante. **3.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos. **3.10 Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa de auditoria independente, conteúdo projeção de fluxo de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta ad-rendem da assessoria geral jurídica. Deste modo, no encerramento do exercício social e após as demais destinações legais, a Companhia registra o saldo do lucro líquido como "reserva de retenção de lucros" no patrimônio líquido.

**3.11 Taxas regulamentares: 3.1.1 Reserva Global de Reversão (RGR):** Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% do RAP. **3.1.1.2 Programas de Eficiência Energética (PEE) - Pesquisa e desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE):** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulates o montante de caixa que é destinado à finalidade de aplicação em pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado à aplicação pelos usuários do sistema. As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em: • Receitas de desenvolvimento de infraestrutura. • Receitas de remuneração dos ativos da concessão. E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em: • Receitas de operação e manutenção. • Receitas de remuneração dos ativos da concessão. **3.1.3 Lucro por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais fixos em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Para o cálculo do lucro diluído por ação, o lucro é ajustado para refletir o resultado que decorreria caso eventuais instrumentos conversíveis fossem convertidos em ações. A Companhia não possui instrumento que pudesse gerar diluição. O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais e às ordinárias nos dividendos. Consequentemente lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de "duas classes". O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos. **3.14 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderiam o resultado e relevantes nas circunstâncias existentes, diferencas entre os resultados fossem consideradas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **3.14.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O custo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do cálculo de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros. **3.14.2 Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferencas entre os resultados fossem consideradas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e a despesa de impostos já registrada. A Companhia constituiu provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros. **3.14.3 Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo conhecido de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros métodos de avaliação. **3.14.4 Provisão para litígios:** A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas, quando na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.4 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade. Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos. • Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de bens e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios. **3.4.1. Liquidação de passivos financeiros:** A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições

recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento. **3.14.8 Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura. **3.14.9 Determinação das receitas de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato. **3.15 Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. **4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas:** Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos das alterações destes

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

**12. Partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não tinha contratos em aberto envolvendo operações com partes relacionadas. **13. Patrimônio líquido: 13.1 Capital social:** O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 263.058, representado por 263.058.339 ações ordinárias, sem valor nominal:

	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	
	Ordinárias	Votante	Total
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	134.159.748	50,999998%	50,999998%
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	128.898.583	48,999999%	48,999999%
Membros do Conselho de Administração	8	0,000003%	0,000003%
	<b>263.058.339</b>	<b>100,000000%</b>	<b>100,000000%</b>

**13.2 Reserva de lucro: 13.2.1 Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. **13.2.2 Reserva de retenção de lucros:** Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2011, o lucro remanescente, foi transferido para a conta de reserva de retenção de lucros.

**13.3 Dividendos propostos:** A Administração da Companhia decidiu propor a não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social, visto que o lucro líquido apurado no exercício de 2011, é proveniente do reflexo da adoção das práticas contábeis internacionais, mais precisamente do ICPC 01. Sendo assim, não ocorreu a realização financeira deste lucro. A Lei das Sociedades por Ações permite a não distribuição do dividendo obrigatório caso os órgãos da Administração relatem à Assembléia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia na ocasião. O lucro líquido não distribuído pela Companhia em virtude de suspensão é destinado a uma reserva especial e, se não for absorvido por prejuízos subsequentes, deverá ser distribuído assim que a situação financeira permitir. **14. Receita operacional líquida:** A Receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

**Receita operacional bruta**  
Receita de operação e manutenção  
Receita de desenvolvimento de infraestrutura  
Receita de remuneração dos ativos da concessão

**Deduções da receita operacional**  
PIS  
COFINS  
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR  
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

**Receita operacional líquida**

**15. Receitas e despesas financeiras:**

**Receitas financeiras**  
Receita de aplicações financeiras  
Outros

**Despesas financeiras**  
Encargos sobre empréstimos e financiamentos  
Outros

**Resultado financeiro**

**16. Instrumentos financeiros:** Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. a) **Financiamentos:** O valor

31/12/11	31/12/10
<b>104.844</b>	<b>206.288</b>
4.253	-
63.148	184.546
37.443	21.742
(3.272)	-
(428)	-
(1.970)	-
(648)	-
(226)	-
<b>101.572</b>	<b>206.288</b>

31/12/11	31/12/10
<b>1.007</b>	<b>694</b>
1.000	694
7	-
<b>1.007</b>	<b>694</b>

31/12/11	31/12/10
(14.588)	(12.040)
(135)	-
<b>(14.723)</b>	<b>(12.040)</b>
<b>(13.716)</b>	<b>(11.346)</b>

contábil dos empréstimos e financiamentos tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado. b) **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados: (I) Risco de crédito - A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 208 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária; (II) Risco de preço - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA; (III) Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do CDI; (IV) Risco de liquidez - A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL; (V) A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. **17. Benefícios a empregados:** A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas. **18. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens relevantes das subestações sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os bens relevantes das subestações da Companhia estão segurados por apólice com vigência de 21 de abril de 2011 a 21 de abril de 2012, com cobertura para incêndios, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval/fumaça, tumultos, greves, lock-out e atos dolosos, roubo, lucros cessantes e despesas de salvamento e contenção de sinistro. O prêmio anual montou em R\$ 32. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

O Conselho de Administração

A Diretoria

Contadora: Satiko Rosangela Sato Sinbo - CRC 15P179231/O-0

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.**  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2012

**ERNST & YOUNG TERCO**  
Quality In Everything We Do

**ERNST & YOUNG TERCO**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-25P015199/O-6

**Luiz Carlos Passetti**  
Contador CRC-15P144343/O-3  
**Aderbal Alfonso Hoppe**  
Contador CRC-15C020036/O-8-S-SP